

HABEAS CORPUS Nº 564.679 - SP (2020/0053906-6)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : **CICERO SALUM DO AMARAL LINCOLN E OUTROS**
ADVOGADOS : **JOSE MAURICIO CAMARGO - SP292417**
 : **CÍCERO SALUM DO AMARAL LINCOLN - SP319219**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **JOSE SERGIO DE MOURA (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JOSÉ SERGIO DE MOURA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2232477-97.2019.8.26.0000).

Consta dos autos ter sido o paciente condenado, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas), à pena de 6 anos, 9 meses e 20 dias de reclusão, além do pagamento de 680 dias-multa. Na ocasião, foi mantida a custódia preventiva.

Extrai-se da denúncia que o acusado "*trazia consigo, guardava, ocultava e mantinha em depósito, para entrega a terceiros, 03 porções de 'cannabis sativa L', popularmente conhecida como 'maconha', com peso bruto de [15,9g – quinze gramas e nove decigramas], outras 02 porções também de 'cannabis sativa L', com peso bruto de [130g – cento e trinta gramas], e 01 porção de 'crack', subproduto da cocaína, com peso bruto de [7,5g – sete gramas e cinco decigramas], fazendo-o sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar*" (e-STJ fl. 92).

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem, denegou-se a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 71):

HABEAS CORPUS - TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES - PRETENSÃO DE APELAR EM LIBERDADE - PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ARTIGO 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - RÉU QUE PERMANECEU PRESO DURANTE A INSTRUÇÃO CRIMINAL - DECISÃO FUNDAMENTADA. Cabe a manutenção da custódia cautelar na sentença condenatória se presentes os requisitos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal. ORDEM DENEGADA.

Superior Tribunal de Justiça

No presente *writ*, asseveram os impetrantes inexistir motivação idônea para a custódia cautelar do paciente, visto que não foi apontada concretamente a presença dos requisitos contidos no art. 312 do Código de Processo Penal, aduzindo que a fundamentação foi genérica, com base na gravidade abstrata do delito.

Buscam, inclusive liminarmente, seja concedido ao paciente o direito de recorrer solto.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 354/355).

Informações prestadas.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *writ* (e-STJ fls. 455/457).

É o relatório.

Como bem informado pelo representante do Ministério Público Federal às e-STJ fls. 455/457, o presente feito é mera reiteração de pedido do HC n. 551.801/SP, de minha relatoria.

Ante o exposto, **não conheço** do *writ*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator